DocuSign Envelope ID: 62BACC74-5747-46DF-909E-FD83D02B5D5E

iugu

IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A

("Companhia")

CNPJ nº 15.111.975/0001-64 - NIRE 35.300.470.001

Relatório da administração

Em atendimento à Resolução do Banco Central do Brasil Nº 2 artigo 14º, a iugu Instituição de Pagamento S.A. apresenta as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as informações de resultado representadas abaixo encontram-se nas demonstrações contábeis, de forma consolidada, além de informações gerenciais internas adicionadas no Relatório da Administração para dar mais contexto a respeito do negócio.

Sobre a iugu

Quem somos

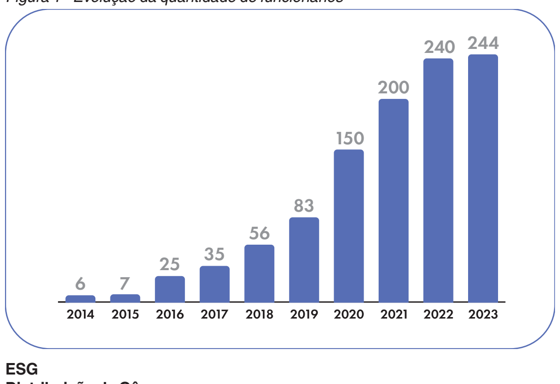
A iugu surgiu para automatizar processos financeiros, permitindo que nossos clientes foquem no que realmente importa: seus negócios. Em 2013, um ano após a fundação, a companhia lançou sua primeira solução para pagamentos on-line, dando início ao desenvolvimento de uma plataforma de tecnologia completa para gestão financeira. Dez anos depois, o ecossistema de produtos combina (i) um sistema transacional com boleto próprio, cartão e pix, (ii) uma gama de serviços voltados à simplificação de rotinas em departamentos financeiros e (iii) recursos de banking, como conta corrente e antecipação de recebíveis. A plataforma é flexível e de fácil implementação, conforme necessidade da operação dos nossos clientes. O resultado disso são centenas de empresas satisfeitas, tendo suas operações mais ágeis e seguras no dia a dia.

Time e Cultura

A iugu vem evoluindo como organização, mas mantém uma essência que segue desde a fundação, como característica elementar, que é a crença de que a conexão humana potencializa a tecnologia, o que é conhecido internamente como ser *Soul & Tech*. Para suportar e fortalecer essa crença, reforçamos constantemente os nossos novos valores de Buscar Resultados, Colaborar Sempre, Agir com Coragem e Ser Cativante, que guiam inúmeras iniciativas através da empresa, desde recrutamento e seleção, trilhas de desenvolvimento de liderança, revisão de processos estruturais como as avaliações de desempenho, mapeamento de talentos e meritocracia.

O compromisso com o crescimento sustentável do negócio reflete-se positivamente no desenvolvimento do quadro de funcionários ao longo dos anos. Em 2023, a companhia encerrou o ano com um total de 244 colaboradores, mostrando um crescimento constante e responsável ao longo dos anos. Os colaboradores estão organizados, em sua maioria, em modelo híbrido nos escritórios de São Paulo e Curitiba, mas há uma parte remota pelo Brasil.

Figura 1 - Evolução da quantidade de funcionários



ESG

Distribuição de Gênero

A empresa se orgulha em promover um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado. Em 2023, a distribuição de gênero na companhia apresentou uma equidade significativa, com 55% de homens e 45% de mulheres. Esses números refletem os esforços contínuos para garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo e valorizando as contribuições de todos os colaboradores, independentemente do gênero.

Facilities

A implementação de uma política socioambiental, centrada na gestão consciente dos recursos naturais e na adoção de práticas de descarte de resíduos, resultou em uma importante redução de 48% nos custos associados ao consumo de água, em comparação ao mesmo período do ano anterior, além de uma destinação adequada para aproximadamente 3 toneladas de resíduos que são coletados anualmente, sendo 73% devidamente reciclados ou reutilizadas, demonstrando o compromisso com a sustentabilidade ambiental e a economia circular. Todas essas iniciativas contribuíram para que o condomínio da sede de São Paulo conquistasse os certificados LEED Gold e REC Standard em 2021, um reconhecimento importante às práticas e processos adotados.

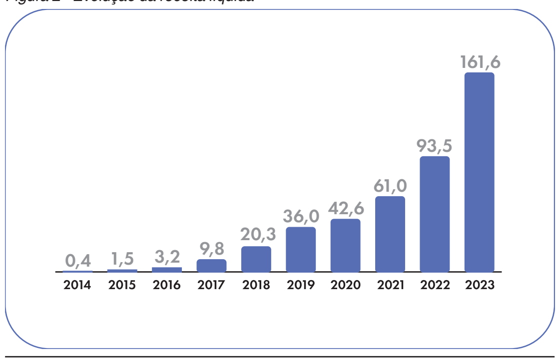
Funding

A iugu captou recursos no mercado no montante de mais de R$ 290 milhões ao longo de sua história, sendo R$ 10 milhões numa série A, R$ 120 milhões em uma série B, esta última liderada pelo Goldman Sachs, e outros R$ 160 milhões em um FIDC, dividido em duas séries, o qual tem como objetivo de suportar as operações de antecipação dos clientes.

Desempenho

A companhia encerra 2023 com receita líquida de R$ 162 milhões, 73% acima de 2022. O volume total processado (TPV) passou de R$ 13 bilhões em 2022 para R$ 35 bilhões em 2023, com a plataforma transacionando mais de mil operações de pagamento por minuto ao longo de 2023. Além da eficiência da plataforma, a iugu ganha em produtividade, encerrando 2023 com um quadro de 244 funcionários, apenas 4 acima do encerramento de 2022. Nesse contexto, a iugu atinge pela primeira vez um ano com EBITDA positivo.

Figura 2 - Evolução da receita líquida



Conjuntura

Apesar da instabilidade política e econômica, inerentes à operação no Brasil, bem como do aumento da concorrência, com o constante surgimento de novas fintechs e instituições de pagamento, a iugu se dedicou, nos últimos dez anos, a entender profundamente as necessidades dos empreendedores brasileiros, materializando esse conhecimento em uma plataforma de tecnologia altamente escalável. A companhia acredita que seu conhecimento do mercado, aliado a um produto superior e um modelo de negócio *asset light* posiciona-a não apenas para enfrentar essas adversidades, mas também para destacar-se em meio a elas. Com o contexto econômico de queda da taxa de juros e de controle da inflação, como apontam para as previsões para 2024, se espera um fortalecimento da economia real e, consequentemente, um aumento da atividade das empresas, ou seja, dos clientes iugu. Assim, a companhia segue posicionada como um player pronto para se beneficiar desse novo ciclo econômico.

Dividendos e retenção de lucros

O estatuto social estabelece que o lucro líquido de cada balanço será destinado: a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos aos acionistas; e c) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

Relacionamento com auditores independentes

Informamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes prestaram apenas serviços de auditoria externa para os quais foram contratados.

Agradecimentos

A companhia permanece fiel ao propósito de levar eficiência para as operações financeiras das empresas, criando economias de escala através da otimização de suas atividades rotineiras.

A administração da iugu Instituição de Pagamento S/A agradece a confiança de seus clientes, colaboradores e acionistas.

São Paulo, 27 de março de 2024.

A DIRETORIA

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	4	215.112	57.241
Disponibilidades		215.112	50.228
Aplicações interfinanceiras de liquidez		–	7.013
Instrumentos financeiros	5	174.834	170.308
Contas a receber	6	658.823	502.918
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(23.474)	(16.159)
Impostos a recuperar	7	6.446	4.852
Outros ativos	8	10.436	1.944
		1.042.177	**721.104**
Realizável a longo prazo e Permanente			
Ativo fiscal diferido	8	39.578	37.923
Imobilizado de uso	9	9.546	9.380
Depreciação	9	(4.576)	(3.121)
Intangível	10	33.238	42.065
Amortização	10	(12.273)	(6.430)
		65.513	**79.817**
Ativo		**1.107.690**	**800.921**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Depósitos	11	290.132	178.426
Empréstimos	12	18.340	10.547
Tributos e contribuições sociais	13	6.640	4.926
Obrigações por transações de pagamentos	14	705.965	493.085
Outros passivos	15	21.148	42.195
		1.042.225	**729.179**
Exigível a longo prazo			
Empréstimos	12	12.505	14.445
Contingências	16	956	741
Passivo		**1.055.686**	**744.365**
Capital social	18	129.763	129.763
Prejuízo acumulado		(77.759)	(73.207)
		52.004	**56.556**
Passivo e patrimônio líquido		**1.107.690**	**800.921**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º sem. 2023	Exercícios 31/12/2023	31/12/2022
Receita de intermediação financeira	19.1	87.483	161.646	93.522
Custo dos serviços prestados	19.2	(42.774)	(77.135)	(50.954)
Lucro bruto		**44.709**	**84.511**	**42.568**
Despesas de pessoal e encargos	19.2	(38.646)	(72.921)	(53.482)
Despesas gerais e administrativas	19.2	(17.618)	(39.941)	(33.619)
Provisões operacionais	19.2	(7.141)	(8.721)	(7.714)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	19.2	715	4.192	7.499
Resultado operacional		**(17.981)**	**(32.881)**	**(44.748)**
Receitas financeiras	19.3	23.660	43.733	28.098
Despesas financeiras	19.3	(7.788)	(16.451)	(10.817)
Resultado financeiro, líquido		**15.872**	**27.281**	**17.281**
Prejuízo antes dos impostos		**(2.109)**	**(5.600)**	**(27.467)**
IRPJ/CSLL corrente		(607)	(607)	–
IRPJ/CSLL diferido	8.1	824	1.655	11.330
Prejuízo do semestre/dos exercícios		**(1.893)**	**(4.552)**	**(16.137)**
Prejuízo por ação		**(1,25)**	**(3,00)**	**(10,63)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º sem. 2023	Exercícios 31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do semestre/dos exercícios	(1.893)	(4.552)	(16.137)
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Resultado abrangente do semestre/exercício	(1.893)	(4.552)	(16.137)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**129.763**	**(57.070)**	**72.693**
Prejuízo do exercício	–	(16.137)	(16.137)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**129.763**	**(73.207)**	**56.556**
Saldos em 1º de julho de 2023	**129.763**	**(75.866)**	**53.897**
Prejuízo do semestre	–	(1.893)	(1.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**129.763**	**(77.759)**	**52.004**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**129.763**	**(73.207)**	**56.556**
Prejuízo do exercício	–	(4.552)	(4.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**129.763**	**(77.759)**	**52.004**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º sem. 2023	Exercícios 31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do semestre/dos exercícios	(1.893)	(4.552)	(16.137)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.870	7.315	6.775
Provisão para contingências cíveis	295	427	217
Depreciações e amortizações	2.527	7.386	6.235
Provisão de juros e empréstimos	1.725	2.112	1.122
Ativo fiscal diferido	(824)	(1.655)	(11.330)
Baixa de ativos	31	31	112
Prejuízo ajustado	**8.732**	**11.064**	**(13.006)**
Atividades operacionais			
Aumentos/(diminuições operacionais)			
Instrumentos financeiros	24.493	(4.526)	(64.405)
Contas a receber	(151.395)	(164.677)	(266.070)
Impostos a recuperar	1.078	(1.594)	(2.978)
Outros ativos	(244)	279	470
Depósitos	61.504	111.706	40.704
Tributos e contribuições sociais	1.292	1.714	1.680
Obrigações por transações de pagamento	199.919	212.880	285.612
Outros passivos	(8.385)	(11.252)	37.032
Caixa gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	**136.995**	**155.594**	**19.039**
Contingências pagas	–	(212)	(216)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**136.994**	**155.382**	**18.823**
Atividades investimento			
Aquisições imobilizado	(165)	(286)	(765)
Aquisições intangível	(432)	(967)	(33.974)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	**(597)**	**(1.253)**	**(34.739)**
Atividades financiamento			
Empréstimos	11.302	11.302	25.000
Juros pagos	(1.685)	(2.005)	(1.070)
Pagamento de principal	(3.334)	(5.555)	(4.130)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	**6.283**	**3.742**	**19.800**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**142.681**	**157.871**	**3.884**
Saldo no início do semestre/dos exercícios	72.431	57.241	53.357
Saldo no final do semestre/dos exercícios	215.112	215.112	57.241
Variação de caixa e equivalente de caixa	**142.681**	**157.871**	**3.884**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A iugu Instituição de Pagamento S/A ("iugu" ou "Companhia"), sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, n° 1376, Torre A, TNU - 16º e 17º andares - Brooklin Paulista - São Paulo - SP, foi constituída em 31 de janeiro de 2012, com o objetivo de ser uma facilitadora de pagamentos, fornecendo uma plataforma de automação financeira que oferece toda a tecnologia e o suporte necessários para estruturar uma operação financeira inteligente, automatizada e eficiente de ponta a ponta. Atualmente a iugu, por meio de sua plataforma, oferece a seus clientes uma série de meios de pagamento tais como: boleto bancário, cartão de crédito, Ted e PIX. Os serviços de valor agregado oferecidos pela iugu compreendem: cobranças recorrentes, split de pagamentos, conciliação e automação financeira, emissão e gestão de faturas, pagamento de contas, entre outros. Em 26 de agosto de 2020, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil ("Bacen") para funcionar como instituição de pagamento ("IP"), na modalidade de emissor de moeda eletrônica de acordo com a publicação no Diário Oficial da União. Em 23 de março de 2022 a iugu constituiu o FIDC - IUGU I UR - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -Unidade de Recebíveis, com a participação de 5% em cotas subordinadas júnior e captação total de R$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), para realização das antecipações dos recebíveis de cartão de crédito de seus clientes. Em 12 de setembro de 2022, a iugu adquiriu a carteira de clientes, entre outros ativos, da Juno no Brasil, que inclui a base de empresas nacionais que transacionam pagamentos no país. A aquisição reforça o posicionamento e a estratégia de crescimento da iugu, mesmo diante do contexto pelo qual passa o mercado de *fintechs*. Em 3 de novembro de 2023, a iugu concluiu a emissão da série II do FIDC - IUGU I UR - Fundo de investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis, com captação total de R$ 71.250.000,00 (setenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais). O valor será utilizado para aumentar a capacidade da Companhia nas antecipações de recebíveis de cartão de crédito de seus clientes. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") as quais levam em consideração as regras contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - ("CMN") e do Bacen, denominadas em conjunto "COSIF", quando aplicáveis. Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Banco Central: • CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2001; • CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.818/2020; • CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009 e atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020; • CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações provado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; • CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; • CPC 24 - Eventos subsequentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.818/2020; • CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009; • CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020; • CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/2019 e atualizado pela Resolução CMN nº 4.924/2021. Ainda em atendimento a esta resolução que exige evidenciação na apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada, divulgamos que não houve impacto não recorrente observado no resultado da Companhia durante o exercício de 2023. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2024. **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem esperadas associadas ao risco de crédito, riscos decorrentes de passivos contingentes, realização do imposto fiscal diferido e valor justo de instrumentos financeiros. A Companhia revisa constantemente as estimativas e premissas. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (I) Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (II) Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. (III) Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A Companhia não possui títulos classificados nas categorias descritas nos itens (II) e (III). Não houve reclassificações entre categorias no período. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13. **3.3. Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias: Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos; Nível II: Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas. **3.4. Contas a receber:** Corresponde principalmente aos valores a receber das adquirentes resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão na plataforma da iugu, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia. Este grupo é composto também pelo contas a receber de clientes decorrente da cobrança das mensalidades e serviços pela utilização da plataforma. Os montantes a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Como parte do curso normal das atividades, a iugu está exposta ao risco de perdas associadas a *chargebacks* sobre transações que foram anteriormente antecipadas por seus clientes, e que eventualmente não possuem saldo disponível em suas contas para reembolsar a Companhia. A iugu constituiu provisão para 100% dos *chargebacks* com tal característica. Adicionalmente, a Companhia realizou estudo sobre suas perdas esperadas baseando-se no histórico de perdas efetivas frente ao montante total processado e realizou a devida provisão. **3.5. Impostos a recuperar:** São registrados mediante resgate das aplicações financeiras os quais serão compensados com saldos a pagar em exercícios futuros. **3.6. Imobilizado de uso:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido. Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto principalmente por: (i) Direitos de carteira de clientes, (ii) Direitos de uso, (iii) Softwares adquiridos; e (iv) intangível desenvolvido internamente. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear de acordo com sua vida útil estimada. Os ativos de direito de uso são amortizados de acordo com o prazo estipulado em contrato. **3.8. Depósitos:** O saldo de depósitos representa as contas de pagamento de clientes da iugu, meio pela qual a Companhia disponibiliza os recursos de direito de seus clientes. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos ou tarifas de transação, conforme Resolução BCB nº 80/2021, Art. 22. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. **3.10. Cessão de recebíveis:** A Companhia efetua cessões de crédito com caixa próprio e por meio do IUGU I UR Fundo de Investimento de Direitos Creditórios-Unidade de recebíveis ("FIDC"), o qual possui participação de 5% em cotas subordinadas júnior, de acordo com a Resolução do CMN nº 3.533/08 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios. Com relação às cessões com caixa próprio, a Companhia realiza a antecipação da agenda junto aos bancos e às adquirentes. Com relação às antecipações junto ao FIDC, o próprio fundo realiza a cessão junto aos clientes iugu e a Companhia atua como representante dos cedentes e agente de liquidação. A remuneração da iugu se dá pela valorização de suas cotas subordinadas júnior. **3.11. Obrigações por transações de pagamento:** As obrigações por transações de pagamento referem-se principalmente a valores a repassar aos clientes mediante a vendas feitas a prazo. Os valores são transferidos para as contas iugu à medida que a agenda de vendas a prazo se cumpre. **3.12. Provisões para contingências:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. As provisões são registradas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração, sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do período, conforme descrito em nota explicativa nº 16. **3.13. Outros ativos e passivos circulantes:** Outros ativos e passivos são registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e eventuais encargos incorridos até a data do balanço. **3.14. Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço. **3.15. Receita de intermediação financeira:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado em função do faturamento, tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão. **3.16. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de operações financeiras, receitas de juros e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas financeiras na negociação de carteira e outras despesas financeiras. **3.17. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia apura e recolhe o seu Imposto de Renda no critério de lucro real anual à alíquota de 15%, acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R$ 240 mil no ano. Para a Contribuição Social a alíquota é de 9%. Com isso a despesa com imposto de renda e contribuição social compreenderá os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente será o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, às alíquotas acima informadas. O regime de tributação adotado pela Companhia foi o de lucro real anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. A Companhia realizou o estudo e avaliação quanto à realização dos créditos tributários, estimativas de lucros e compensação de prejuízo fiscal e base negativa, enquadrada nos incisos I, III e VI do artigo 4º e nos incisos I e II do artigo 12º da Resolução BCB nº 15/2020. **3.18. Redução do valor recuperável:** Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testesde *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável. **3.19. Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços. **3.20. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades (a)	215.112	50.228
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	–	7.013
	215.112	**57.241**

(a) Refere-se a valores disponíveis para saque em contas bancárias e conta de pagamento instantâneo junto ao Banco Central do Brasil. (b) O montante de R$ 7.013 em 31/12/2022 refere-se a aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais vinculados a saldo em conta pré-paga. Tais aplicações possuem liquidez diária, rentabilidade indexada ao CDI, têm como contraparte banco de primeira linha e risco imaterial de perdas, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa.

5. Instrumentos financeiros:	31/12/2023	31/12/2022
Certificado de depósitos bancários	12.658	6.788
FIDC - Cota Subordinada	16.226	6.598
LFT - Aplicação em títulos públicos	145.950	156.922
	174.834	**170.308**
Carteira própria	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Certificados de depósitos bancários	12.658	6.788
FIDC	16.226	6.598
Vinculados a saldos em conta pré-paga		
LFT - Aplicação em títulos públicos	145.950	156.922
	174.834	**170.308**

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, assim como as faixas de vencimento são como segue:

Títulos para negociação	Valor contábil	Valor de mercado	31/12/2023 Faixas de vencimento: Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Letras financeiras do tesouro (*)	145.950	145.950	145.950	–	–	–
FIDC (*) (**)	16.226	16.226	–	–	–	16.226
Certificados de depósitos bancários (*)	12.658	12.658	5.165	–	–	7.493
	174.834	**174.834**	**151.115**	**–**	**–**	**23.719**

Títulos para negociação:	Valor contábil	Valor de mercado	31/12/2022 Faixas de vencimento: Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Letras financeiras do tesouro (*)	156.922	156.922	–	–	156.922	–
FIDC (*) (**)	6.598	6.598	–	–	–	6.598
Certificação de depósitos bancários (*)	6.788	6.788	–	–	–	6.788
	170.308	**170.308**	**–**	**–**	**156.922**	**13.386**

(*) Conforme determina a circular 3.068/01, para fins de publicação, os instrumentos financeiros classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento. (**) Refere-se à participação de 5% em cotas subordinadas júnior no IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis.

6. Contas a receber: A rubrica "Contas a receber", registrada pelo valor de R$ 635.349 (R$ 486.759 em 31/12/2022), apresenta o total dos valores a receber de clientes e das adquirentes, descontadas das antecipações de recebíveis e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de *chargeback*.

	31/12/2023	31/12/2022
Recebíveis de adquirentes	633.701	467.411
Contas a receber de clientes	4.269	2.929
Valores a receber-Contas negativas	20.645	13.664
Contas a receber outros	208	4.967
(-) PECLD de clientes (a)	(23.474)	(16.159)
Boletos em processamento	–	13.947
	635.349	**486.759**
Contas a receber	658.823	502.918
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(23.474)	(16.159)

(a) Companhia constitui mensalmente o provisionamento da totalidade das contas com saldos negativos decorrentes principalmente de *chargebacks* realizados onde os clientes não possuem saldo para débito da transação desfeita. Além disso, a Companhia constitui provisão com base na expectativa do período e leva em consideração as perdas dos últimos 12 meses, e também constitui a provisão sobre a inadimplência das mensalidades do contas a receber. O *aging* do saldo de recebíveis de adquirentes é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Até 30 dias	219.245	157.129
de 31 a 90 dias	162.492	100.772
de 91 a 120	64.012	42.783
de 121 a 180	84.095	74.190
de 181 a 360	103.468	92.447
Acima de 360 dias	389	90
	633.701	**467.411**

7. Impostos a recuperar: A rubrica "Impostos a recuperar", registrada pelo valor de R$ 6.446 (R$ 4.852 em 31 de dezembro de 2022) é composta pelos valores de IRRF no resgate de aplicações financeiras e será compensado com tributos federais a recolher.

8. Outros ativos:	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos salariais	112	–
Adiantamento a fornecedores	156	229
Despesas antecipadas	1.393	1.621
Bloqueio judicial	116	94
IRPJ e CSLL diferidos (8.1)	39.578	37.923
Outros ativos	8.660	–
	50.014	**39.867**

8.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	37.923	26.593
Prejuízo fiscal / Base negativa	(632)	12.116
Diferenças temporárias	2.287	(786)
Saldo final	**39.578**	**37.923**

Administração revisou suas estimativas de lucros tributáveis futuros e possui registrado em 31 de dezembro de 2023, com base na exceção prevista no art. 4º da Resolução BCB n° 15, o ativo fiscal diferido R$ 39.578, referentes as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos anteriormente, uma vez que a Administração considerou que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra os prejuízos.

Realização do crédito	Total	Valor presente
2024	3.705	3.529
2025	16.676	15.879
2026 a 2032	19.197	18.279
Total	**39.578**	**37.687**

Conforme Resolução BCB n° 02, os ativos fiscais diferidos são classificados como não circulante independente da expectativa de realização. **9. Imobilizado de uso:** A composição analítica do imobilizado está apresentada abaixo:

	Taxa de depreciação anual %	31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Líquido	31/12/2022 Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em operação							
Equipamentos de processamento de dados	20	3.838	(2.000)	1.838	3.719	(1.307)	2.412
Equipamentos de comunicação e segurança	20	520	(307)	213	490	(204)	286
Máquinas e equipamentos	10	319	(101)	218	295	(77)	218
Móveis e utensílios	10	720	(233)	487	727	(302)	425
Benfeitorias imóveis de terceiros	(a)	4.149	(1.935)	2.214	4.149	(1.231)	2.918
Total		**9.546**	**(4.576)**	**4.970**	**9.380**	**(3.121)**	**6.259**

(a) As benfeitorias estão relacionadas a reforma do novo escritório da Companhia. Sua depreciação se encerrará de acordo com o prazo de locação do escritório, previsto para abril de 2027. A movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada abaixo:

	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de comunicação e segurança	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2023	**2.412**	**286**	**218**	**425**	**2.918**	**6.259**
Custo						
Adições	226	33	27	–	–	**286**
Baixas	(105)	(4)	(2)	(7)	–	**(118)**
Depreciação						
Adições	(774)	(104)	(27)	64	(704)	**(1.545)**
Baixas	79	2	2	5	–	**88**
Em 31 de dezembro de 2023	**1.838**	**213**	**218**	**487**	**2.214**	**4.970**

	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de comunicação e segurança	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2022	**2.475**	**384**	**214**	**497**	**3.582**	**7.152**
Custo						
Adições	732	–	33	–	–	**765**
Baixas	(170)	–	–	–	–	**(170)**
Depreciação						
Adições	(683)	(98)	(29)	(72)	(664)	**(1.546)**
Baixas	58	–	–	–	–	**58**
Em 31 de dezembro de 2022	**2.412**	**286**	**218**	**425**	**2.918**	**6.259**

10. Intangível: A composição analítica do intangível está apresentada abaixo:

	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Líquido	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos carteira de clientes (a)						
Carteira de clientes	12.986	(2.361)	10.625	21.231	(965)	20.266
Software	2.636	(703)	1.933	3.501	(234)	3.267
Contrato de não competição	2.364	(1.576)	788	3.049	(508)	2.541
Cessão de direitos de uso	74	(68)	6	74	(58)	16
Desenvolvimento plataforma (b)	9.978	(3.426)	6.552	9.978	(1.629)	8.349
Licenças, direitos autorais (c)	3.950	(3.863)	87	3.028	(2.906)	122
Implantação de software	1.250	(276)	974	1.204	(130)	1.074
Total	**33.238**	**(12.273)**	**20.965**	**42.065**	**(6.430)**	**35.635**

(a) Intangíveis gerados pela aquisição de todos os direitos, títulos, propriedade e posse de ativos da Juno em setembro de 2022. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudo elaborado por empresa independente especializada, e os critérios para determinação desses ativos estão descritos como se segue: • **Carteira de clientes:** Foi avaliada pela metodologia *Multi-Period Excess Earnings Method* - MPEEM (Método dos Lucros Excedentes por Vários Períodos), com identificação dos ativos contribuintes e as taxas apropriadas de remuneração econômica destes ativos. Os "churn rates", para cada operação, foram estimados com base nos contratos de serviço vigentes na data-base, e vida útil estimada de 88 meses. • **Software:** Foi avaliado pela metodologia de abordagem de custo, e vida útil estimada de 60 meses. • **Contrato de não competição:** Foi avaliado pela metodologia *With or Without*, e vida útil estimada de 24 meses. No dia 28 de dezembro de 2023, a Companhia finalizou o processo de avaliação da performance dos ativos intangíveis adquiridos, os quais foram avaliados no montante de R$ 17.986, sendo R$ 5 milhões pagos no dia 8 de setembro de 2022 e R$ 12.986 no dia 28 de dezembro de 2023. Com isso, a Companhia realizou os devidos ajustes contábeis, conforme demonstramos no quadro abaixo:

	Carteira de clientes	Software	Contrato de não competição
Saldo inicial	21.138	3.501	3.140
Amortização	(3.750)	(919)	(2.061)
Saldo em 27/12/2023	**17.388**	**2.582**	**1.079**
Ajuste do ativo intangível	(8.152)	(865)	(776)
Ajuste de amortização	1.389	216	485
Saldo final em 31/12/2023	**10.625**	**1.933**	**788**

(b) A Companhia capitalizou os gastos com o desenvolvimento de sua plataforma gerados internamente. Tais gastos estão diretamente ligados a aprimoramentos e criação de novas funcionalidades que por sua vez são controlados pela Companhia, identificáveis e possuem expectativa de geração de caixa a luz do CPC 04 (R1) - Ativo intangível. A vida útil do software desenvolvido internamente é definida em 5 anos e a amortização é reconhecida como "Despesas gerais e administrativas". (c) Trata-se principalmente da licença de uso do ERP SAP, aquisição estratégica da Companhia com o objetivo de dar segurança e escalabilidade às transações da iugu.

A movimentação do intangível do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada abaixo:

	Direitos carteira clientes	Cessão de direitos de uso	Desenvolvimento da plataforma	Licenças e direitos autorais e de uso	Implantação de software	Total
Em 01 de janeiro de 2022	–	27	4.073	1.056	1.194	**6.350**
Custo						
Adições	27.781	–	5.383	810	–	**33.974**
Amortização						
Adições	(1.707)	(11)	(1.107)	(1.744)	(120)	**(4.689)**
Em 31 de dezembro de 2022	**26.074**	**16**	**8.349**	**122**	**1.074**	**35.635**

	Direitos carteira clientes	Cessão de direitos de uso	Desenvolvimento da plataforma	Licenças e direitos autorais e de uso	Implantação de software	Total
Em 01 de janeiro de 2023	**26.074**	**16**	**8.349**	**122**	**1.074**	**35.635**
Custo						
Adições	–	–	–	922	45	967
Baixas	(9.795)	–	–	–	–	(9.795)
Depreciação						
Adições	(5.025)	(10)	(1.797)	(957)	(145)	(7.934)
Baixas	2.092	–	–	–		2.092
Em 31 de dezembro de 2023	**13.346**	**6**	**6.552**	**87**	**974**	**20.965**

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 24/04/2024 20:42:27 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 62BACC74-5747-46DF-909E-FD83D02B5D5E

11. Depósitos	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo de clientes disponível (a)	290.132	151.486
Saldo bloqueado de clientes (b)	–	26.940
	290.132	**178.426**

(a) Saldo cliente disponível, refere-se ao saldo disponível na conta do cliente para livre movimentação, conforme Resolução BCB nº 80/2021, Art. 22. (b) Saldo bloqueado de clientes, refere-se ao saldo em trânsito, entre o pedido de saque efetuado pelo cliente e à disponibilização em conta.

12. Empréstimos:	**Taxa de juros**	**Vencimento**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Empréstimos (a)	CDI + 3,87% a.a	19/03/2024	5.022	4.992
	CDI + 3,85% a.a	28/02/2026	14.464	20.000
	CDI + 4,50% a.a	28/10/2024	4.303	–
	CDI + 6,55% a.a	13/11/2026	7.056	–
			30.845	**24.992**
Circulante			18.340	10.547
Não Circulante			12.505	14.445
			30.845	**24.992**

(a) Trata-se de empréstimos com bancos de primeira linha.

12.1. Movimentação dos empréstimos:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo inicial	24.992	4.070
Captação	11.302	25.000
Juros	2.112	1.122
Juros pagos	(2.005)	(1.070)
Pagamento de principal	(5.556)	(4.130)
Saldo final	**30.845**	**24.992**

13. Tributos e contribuições sociais:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
IRPJ	358	–
CSLL	131	–
	490	**–**
PIS	337	303
COFINS	1.914	1.624
ISS	353	237
INSS	1.756	1.497
FGTS	529	449
IRRF	1.148	743
Outros	114	73
	6.150	4.926
	6.640	**4.926**

14. Obrigações por transações de pagamento: Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito, PIX e boleto a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Companhia.

	31/12/2023	**31/12/2022**
Saldo de clientes a liberar	571.327	394.057
Saldo a liberar - FIDC	134.638	99.028
	705.965	**493.085**

Todos os saldos de clientes a liberar serão disponibilizados em até um ano de acordo com a agenda de recebimentos conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2023	**31/12/2022**
Até 30 dias	297.589	224.741
de 31 a 90 dias	167.232	82.227
de 91 a 120	57.201	39.585
de 121 a 180	84.217	62.977
de 181 a 360	99.726	83.555
	705.965	**493.085**

15. Outros passivos:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Provisão de bônus a pagar	11.073	10.001
Provisão de férias	3.120	2.487
Fornecedores nacionais	3.814	5.390
Fornecedores internacionais	484	184
Aquisição carteira (a)	–	23.751
Outros	2.657	382
	21.148	**42.195**

(a) Saldo a pagar da parcela variável e contingente pela aquisição de ativos da Juno conforme descrito em nota explicativa nº 10, trazido a valor presente na data da aquisição setembro de 2022 a taxa de 13,3% e ajustado pela variação acumulada positiva do IPCA da data de aquisição até a data do balanço. Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a avaliação de performance dos ativos adquiridos, conforme mencionado na N.E. 10 (a). Nesta mesma data foi realizada a liquidação financeira. **16. Contingências:** O saldo de contingências em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 956 (R$ 741 em 31 de dezembro de 2022) representa causas cíveis e tributárias classificadas como risco provável de perda pelos assessores externos e pelo jurídico interno da Companhia. Não temos processos trabalhistas.

Movimentação das contingências:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo inicial	741	740
Provisão	427	217
Pagamentos	(212)	(216)
Saldo final	**956**	**741**

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R$ 10.952 (R$ 2.074 em 31 de dezembro de 2022). Em sua maioria estas causas estão relacionadas com demandas feitas pelos titulares de cartões de crédito e versam sobre produtos não entregues ou serviços não prestados pelos estabelecimentos que, por sua vez, processam seus pagamentos com a iugu. Essas causas não foram objeto de provisão nas demonstrações contábeis. **17. Transações com partes relacionadas:** Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. São consideradas partes relacionadas pessoas que têm influência significativa sobre a entidade que reporta a informação e o pessoal chave da administração. A Companhia possui participação de 5% em cotas subordinadas júnior no IUGU I UR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Unidade de Recebíveis, o valor atualizado das cotas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito em nota explicativa nº 5. O saldo a pagar ao FIDC no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 136.316 (R$ 99.028 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes das antecipações de recebíveis de cartões de crédito realizadas com os clientes. A Companhia não possui relacionamento com entidades consideradas partes relacionadas de acordo com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Em atendimento a Resolução BCB nº 2, informamos que o controlador em última instância da Companhia é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri. **Remuneração da Administração:** A remuneração paga aos Administradores da Companhia até 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 9.834 (R$ 5.738 em 2022). Em dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de incentivo de longo prazo baseado na valorização sobre ações virtuais da Companhia ("*phantom shares*"), cujo incentivo apenas será pago se e quando forem atingidas certas condições. Em 31 de dezembro de 2023 nenhum impacto decorrente deste plano foi registrado devido à ausência de obrigação presente. **18. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 129.763 dividido em 1.019.740 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 498.253 ações preferenciais.

	31/12/2023	**31/12/2022**
Ações ordinárias	1.019.740	1.019.740
Ações preferenciais	498.253	498.253
	1.517.993	**1.517.993**

19. Resultado: 19.1. Receita de intermediação financeira:

	2º semestre 2023	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita bruta	98.411	181.555	105.304
(-) PIS sobre serviços	(1.591)	(2.889)	(1.700)
(-) COFINS sobre serviços	(7.326)	(13.305)	(7.831)
(-) ISS sobre serviços	(2.011)	(3.715)	(2.251)
	87.483	**161.646**	**93.522**
PIS - Programa de integração social		1,65%	
COFINS - Contribuição para seguridade social		7,60%	
ISS - Imposto sobre serviços		2,00% e 2,90%	

19.2. Despesas por natureza: As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:

Natureza	**2º semestre 2023**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Tarifas de boletos e adquirentes	(38.303)	(69.121)	(47.190)
Salários	(26.994)	(51.537)	(42.724)
Outras provisões operacionais	(6.231)	(9.762)	(6.513)
Encargos	(6.515)	(12.117)	(9.883)
Assessoria, auditoria interna e consultoria	(9.808)	(19.194)	(12.313)
Auditoria externa (a)	(139)	(306)	(268)
Benefícios	(5.182)	(9.415)	(6.385)
Marketing e propaganda	(2.236)	(4.497)	(4.940)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(2.552)	(5.327)	(4.867)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.039)	719	1.701
Custo processamento de dados	(4.902)	(9.369)	(5.040)
Depreciação e amortização	(2.663)	(7.524)	(6.236)
Impostos sobre importação de serviços	(1.067)	(2.164)	(2.185)
Contingências	(272)	(405)	81
Tarifas de transferências	(396)	(831)	(593)
Telefonia e internet	(225)	(450)	(398)
Eventos e confraternizações	(401)	(599)	(596)
(-) PIS	895	1.261	978
(-) COFINS	3.566	6.112	3.718
(-) Capitalização da plataforma	–	–	5.383
	(105.464)	**(194.526)**	**(138.270)**
Custo dos serviços prestados	(42.774)	(77.135)	(50.954)
Despesas de pessoal e encargos	(38.646)	(72.921)	(53.482)
Despesas gerais e administrativas	(17.618)	(39.941)	(33.619)
Provisões operacionais	(7.141)	(8.721)	(7.714)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	715	4.192	7.499
	(105.464)	**(194.526)**	**(138.270)**

(a) O saldo em questão refere-se às despesas referente aos serviços de auditoria externa até 31 de dezembro se 2023. O valor total dos honorários contratados para o exercício de 2023 é de R$ 238.

19.3. Resultado financeiro

Natureza	**2º semestre 2023**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Rendimento de aplicações financeiras	23.785	43.635	28.353
Variação cambial	1	2	25
Descontos obtidos	28	222	5
Cotas FIDC	689	1.348	807
(-) PIS não cumulativo	(118)	(206)	(153)
(-) COFINS não cumulativo	(725)	(1.268)	(939)
Total de receitas financeiras	**23.660**	**43.733**	**28.098**
IOF	(75)	(193)	(166)
Juros passivos	(7.469)	(15.734)	(9.122)
Variação cambial	(0)	(8)	(26)
Tarifas de boletos	(0)	(1)	(6)
Outras despesas financeiras	(243)	(515)	(1.497)
Total de despesas financeiras	**(7.788)**	**(16.451)**	**(10.817)**

20. Política de gestão de riscos: A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BACEN nº 198/22. A Companhia está comprometida com a criação e entrega de produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes. A gestão da empresa reconhece a importância de Conformidade em várias áreas, incluindo a qualidade dos produtos e serviços, seja na segurança no trabalho, proteção de informações, ou ainda, na gestão financeira. Vale ressaltar que os fatores sinalizados acima, são identificados como riscos potenciais que podem impactar o crescimento sustentável da empresa. A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos. **Organização de Risco:** A Companhia mantém uma robusta estrutura de gestão de riscos, sustentada por políticas e procedimentos internos que permeiam todos os setores. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade é responsável de estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Por sua vez, este comitê realiza avaliações constantes das estratégias de controle de riscos em vigor. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e Conformidade mantém uma linha direta de comunicação com o Diretor Presidente, fornecendo atualizações regulares sobre suas atividades e avaliações. A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade. A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado. **Metodologia de Risco:** A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização. Possui como norma a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos e minimizar os riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem: • Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições à riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez; • Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado; • Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco; • Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos relevantes; • Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização; • Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantenham relação com a área de Gestão de Riscos. **a) Risco de crédito:** Os procedimentos de gerenciamento de risco enfatizam a identificação e a adoção de ações corretivas em tempo hábil. A Companhia cumpre o conjunto de diretrizes, regras e procedimentos no âmbito da Política de Crédito, relativos ao gerenciamento do risco de crédito, abrangendo os seguintes aspectos: • Assegurar que sistemas sejam estabelecidos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos de crédito, de forma contínua, permitindo uma imediata identificação dos riscos; • Encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Conformidade as questões de risco de crédito reconhecidas e potenciais, tão logo sejam detectadas; • Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos de crédito; • Garantir que o controle e gerenciamento de riscos de crédito seja parte integrante das atividades diárias da empresa. **b) Risco de liquidez:** É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Risco de Liquidez se refere à eventualidade de uma organização não cumprir suas obrigações financeiras dentro do prazo determinado, sem sofrer perdas expressivas. Este tipo de risco, pode potencializar outros, devido ao fato de que a dificuldade em adquirir recursos para saldar uma dívida inesperada pode aumentar o Risco de Crédito. Assim, é imprescindível administrar conjuntamente o risco de liquidez e o risco de crédito. A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se: • Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez; • Estabelecimento de níveis de riscos máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural; • Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado; • Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos; • Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais. Em linha com a administração de liquidez da empresa e em conformidade com a Resolução 198/22 divulgada pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos equivalentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, e que estão alocados em títulos públicos federais. **c) Gestão de capital:** A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos. Conforme a Resolução 198/22 emitida pelo BACEN, o Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRIP) de conglomerado do Tipo 2, nos termos da Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, e de instituição de pagamento não integrante de conglomerado prudencial, e também sobre a metodologia de apuração desses requerimentos e a respectiva estrutura de gerenciamento contínuo de riscos. **d) Risco operacional:** O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa. A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a "Qualidade e Confiabilidade" dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as "Regras de Negócios", forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão. É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado, incluindo: • Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e suas políticas, procedimentos e controles; • Segregação de funções associadas às áreas operacional e de controles; • Garantir que os papéis e responsabilidades sejam claramente definidos e que os funcionários possuam conhecimento e objetivos de desempenho relevantes em matéria de gestão de Risco Operacional; • Identificar, mensurar e controlar todos os Riscos Operacionais, existentes e potenciais, que fazem parte de cada produto e ou serviço, atividade, processo e sistema; • Incluir sempre a análise de Risco Operacional no planejamento dos negócios, e nos processos de aprovação de investimentos, produtos e serviços; • Adotar sistemas que garantam um monitoramento constante da exposição aos Riscos Operacionais bem como medidas apropriadas para mitigar estes riscos; • Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos Operacionais considerados significativos; • Otimizar os sistemas e procedimentos de controle e monitoramento continuamente, realizando revisões e revalidações periódicas destes processos; • Manter planejamento de contingência e de continuidade de negócios; • Manter sistema de reporte de Risco Operacional apropriado e ágil em todos os níveis; e • Garantir que o controle e gerenciamento de Riscos Operacionais sejam parte integrante das atividades diárias da organização. **e) Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguros, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Seguros	**Riscos cobertos**	**Montante da cobertura**
Locação imóvel	Lucros cessantes/despesas fixas	150
	Verba conteúdo	5.000
	Acidentes diversos	6.500
	Despesas fixas (Incêndio)	300
	Derrame de chuveiros automáticos	75
	Equipamentos eletrônicos	300
	Danos elétricos	400
	Aluguel	270
	Quebra de vidros	40
	Recomposição de registros de documentos	60
	Responsabilidade civil empregador	140
	Roubo ou subtração de bens mediante arrombamento	150
	Problemas hidráulicos	60
	Responsabilidade civil - estabelecimentos comerciais e industriais	700
Responsabilidade civil dos administradores		**100.000**

21. Eventos subsequentes: No dia 5 de março de 2024, o Banco Central do Brasil enviou o ofício nº 4740/24 para iugu, onde foi solicitado esclarecimentos devido a ocorrência de descumprimento do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamentos (PRip) de conglomerado Tipo 2, de acordo com os termos da Resolução BCB nº 197 e 198. A Companhia, em apoio de consultoria especializada, está atuando na revisão do requerimento do patrimônio de referência prudencial e em contato com o regulador, em vias de constituir o plano de ação, se necessário. Importante destacar que não há risco de continuidade para Companhia de forma individual ou prudencial.

Renato Fairbanks Ribeiro - Diretor Presidente

André Luiz Gonçalves - Diretor Financeiro

Carolline Nascimento Ramos dos Santos - Controller

Paulo Roberto Pereira da Silva - CRC: 1SP314516/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da **Iugu Instituição de Pagamento S/A -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Iugu Instituição de Pagamento S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iugu Instituição de Pagamento S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948869
Data/Hora da Assinatura: 24/04/2024 20:42:53 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*